



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570621 - SP (2020/0079807-6)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : WAGNER FRACHONE NEVES
ADVOGADO : WAGNER FRACHONE NEVES - SP076017
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOHNY APARECIDO LEME BORGES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JOHNY APARECIDO LEME BORGES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2029317-14.2020.8.26.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente teve sua prisão preventiva decretada no dia 23/1/2020, pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fls. 45/48).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* na Corte de origem alegando, em síntese, ausência de fundamentação e dos requisitos para a segregação cautelar. O Tribunal *a quo* contudo, denegou a ordem, em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 93):

HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – PRISÃO PREVENTIVA – PRESENTES OS REQUISITOS LEGAIS PREVISTOS NO ART. 312, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – ILEGALIDADE – INOCORRÊNCIA – ORDEM DENEGADA.

Na presente oportunidade, a defesa alega que o paciente tem residência e trabalho fixos, família constituída, inclusive filhos menores, tendo a custódia preventiva se baseado na gravidade abstrata do delito imputado, portanto, sem respaldo no art. 312 do CPP.

Alega, ainda, negativa de autoria por parte do paciente, tendo em vista que a prisão preventiva deu-se em face de falsa delação premiada.

Por fim, menciona que o paciente está sob suspeita de estar acometido por tuberculose, fazendo uso de medicamentos e, tendo em vista a Recomendação n 62 do CNJ, diante da pandemia causada pelo vírus COVID-19, tem-se a aplicabilidade de

medidas cautelares alternativas à prisão, no presente caso.

Diante disso, pleiteia, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para restituir a liberdade do paciente.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso, ao que parece, o Tribunal de origem entendeu haver motivos suficientes para a segregação cautelar, como se verifica dos seguintes trechos do acórdão (e-STJ fls. 94/95, grifei):

[...]

Com efeito, apurou-se, por meio de delação de seu comparsa condenado por tráfico de drogas, Maikon Uriel Fagundes Garcia, que o paciente participava ativamente das atividades ilícitas de organização criminosa, em especial, mantendo em depósito os entorpecentes.

A par a gravidade concreta das imputações, há que se considerar, também, que os antecedentes criminais do paciente noticiam, aparentemente, o envolvimento com outras práticas delitivas.

Ademais, o Magistrado de primeiro grau destacou que *[o] acusado mandou um advogado para a Delegacia de Polícia, para acompanhar o flagrante do seu empregado (avião) do tráfico, determinando ao advogado que ameaçasse o seu então "empregado"(avião), para não informar para a autoridade policial que ele, acusado, era o dono da droga e da "boca de fumo"* (e-STJ fl. 4, grifei), de forma que *[t]al profissional lhe disse que, caso "caguetasse" Bibi, ele, Maikon, ou seus irmãos pequenos, seriam mortos* (e-STJ fl. 46, grifei).

Com efeito, a atuação do agente intimidando ou ameaçando de alguma forma testemunha é motivo idôneo e suficiente para a decretação ou manutenção da prisão preventiva para conveniência da instrução criminal, tendo em vista a necessidade que impedir que essa conduta adultere a verdade dos fatos que se busca desvendar.

Nesse sentido:

[...]

4. A notícia de ameaças contra as testemunhas consubstancia-se em fundamento idôneo para a decretação e manutenção da prisão preventiva para garantir a ordem pública e por conveniência da instrução criminal (Precedentes).

5. Condições subjetivas favoráveis do agente, por si sós, não impedem a

prisão cautelar, caso se verifiquem presentes os requisitos legais para a decretação da segregação provisória.

6. Os fundamentos adotados para a imposição da prisão preventiva indicam, no caso, que as medidas alternativas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novos crimes.

7. "Não cabe, em sede habeas corpus, proceder ao exame da veracidade do suporte probatório que embasou o decreto de prisão preventiva. Isso porque, além de demandar o reexame de fatos, é suficiente para o juízo cautelar a verossimilhança das alegações, e não o juízo de certeza, próprio da sentença condenatória" (STF, Segunda Turma, RHC n. 123.812/DF, relator Ministro Teori Zavascki, DJe 17/10/2014).

[...]

(HC 554.150/SC, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Sexta Turma, julgado em 3/3/2020, DJe 12/3/2020)

No caso vertente, não obstante os fundamentos apresentados na inicial, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do pedido.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Suficientemente instruído, dispenso as informações.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca

Relator